

1 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014

1.1 Diretrizes Contábeis

O Balanço Geral do Município de Erechim, CNPJ nº 87.613.477/0001-20, estabelecido na Praça da Bandeira, 354, Centro, compreende as ações governamentais executadas por todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta integrantes do Orçamento do Município.

Compõe a Administração Direta, a Prefeitura Municipal de Erechim e a Câmara Municipal de Vereadores. A Administração Indireta é composta pela Agência Reguladora dos Serviços Públicos Municipais de Erechim – AGER, inscrita no CNPJ sob nº 17.931.344/0001-17, instituída sob a forma de autarquia.

As demonstrações que compõe o Balanço Geral foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, da Lei 5.432/2013 que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do município de Erechim para o exercício de 2014; da Lei 5.511/2013 que estima a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 2014; das disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas aos Princípios de Contabilidade; e quando cabível, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, no que diz respeito às exigências aos Municípios para o exercício de 2014, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução do orçamento foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

O Balanço Geral do Município referente ao exercício de 2014 é composto pelas seguintes demonstrações contábeis: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa conforme modelos definidos no MCASP e complementado por notas explicativas.

O Balanço Orçamentário, definido na Lei 4.320/64, demonstra as receitas previstas em confronto com as realizadas e as diferenças apuradas e as despesas (incluídos os créditos adicionais) previstas, executadas e as diferenças apuradas.

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

A Lei 4.320/64, estabelece que o Ativo e o Passivo devem ser separados em dois grandes grupos em função da dependência ou não de autorização orçamentária para realização dos itens que o compõem. Para atender ao disposto na Lei 4.320/64, em anexo ao Balanço Patrimonial, são apresentados os totais dos Ativos segregados em financeiros (numerários e ativos cuja movimentação independa de autorização legislativa) e não-financeiros (ativos que dependam de autorização legislativa para serem adquiridos ou alienados). Por outro lado, os totais dos passivos foram segregados em financeiros (obrigações cujo pagamento independa de autorização legislativa) e não-financeiros (dívida fundada e demais passivos que dependa de autorização legislativa para serem honrados). A diferença entre o total do Ativo e o total do Passivo forma o Saldo Patrimonial.

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do município durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária, revelando o resultado patrimonial.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis. A DFC evidencia as movimentações ocorridas no caixa em fluxo das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

1.2 Mudanças de Critérios Contábeis

Não houve mudanças de critérios contábeis efetuadas no exercício de 2014.

1.3 Ajustes de Exercícios Anteriores

Os valores lançados em Ajustes de Exercícios Anteriores referem-se às seguintes informações:

VALOR	AJUSTE REFERENTE
(+) R\$ 29.837,61	Despesas de exercícios encerrados que não tenham se processado em época própria, conforme previsto no Art. 37 da Lei Federal nº 4.320/64.
(+) R\$ 73.413,38	Ajuste de valores lançados indevidamente em obras em andamento ao invés de Variação Patrimonial Diminutiva (despesas).
(+) R\$ 851.456,69	Valor referente cancelamento de créditos tributários e não tributários lançados como créditos a receber no Balanço Patrimonial da entidade.
(-) R\$ 216.517,66	Ajuste na depreciação acumulada na entidade Câmara Municipal de Vereadores, valor lançado a maior em exercícios anteriores.
(-) R\$ 18.850,88	Valor lançado indevidamente em Variação Patrimonial Diminutiva em exercícios anteriores referentes a cancelamento de restos a pagar processados (R\$ 5.672,57) e diminuição de valores devidos em precatórios trabalhistas (R\$ 13.178,31).

1.4 Resumo das Principais Práticas Contábeis

O resumo das principais práticas contábeis apresentam os critérios de mensuração e avaliação dos ativos e passivos do Município.

O regime contábil adotado na contabilização da execução orçamento é o misto, a fim de atender o disposto no Art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desta forma, as despesas são registradas pelo regime de competência e as receitas pelo regime de caixa.

Já os atos e fatos de natureza patrimonial são registrados pelo regime de competência a fim de atender o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

1.4.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Os valores do caixa e equivalentes de caixa foram mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata foram mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas foram contabilizadas em contas de variação patrimonial aumentativa.

1.4.2 Créditos e Obrigações

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações foram mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixadas foram ajustados a valor presente.

Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações pós-fixadas foram ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As atualizações e os ajustes apurados foram contabilizados em contas de resultado.

1.4.3 Provisão Para Perdas da Dívida Ativa

Para a constituição da provisão foi utilizada a metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados, em observância ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos.

1.4.4 Estoques

Os estoques foram mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção.

Os custos dos estoques abrangem todos os custos de compra, conversão e outros custos incorridos referentes ao deslocamento, como impostos não recuperáveis, custos de transporte e outros, referente ao processo de produção. Os custos posteriores de armazenagem ou entrega não foram absorvidos pelos estoques.

1.4.5 Investimentos Permanentes

Os valores referentes às participações do Município na CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica e Brasil Telecon SA foram avaliadas pelo método do custo, sendo os valores atualizados pelo valor das ações no último dia do ano.

1.4.6 Imobilizado

O ativo imobilizado foi reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Os valores registrados, bem como a respectiva depreciação acumulada são originados do sistema de patrimônio do Município, que controla os bens de forma analítica, sendo que a contabilidade efetua os registros com base nestas informações. No que se refere aos bens móveis, as taxas de depreciação de cada grupo sintético do imobilizado, bem como o valor residual dos bens seguem o disposto no Decreto municipal nº 3.653 de 15 de julho de 2011, que normatiza os procedimentos do registro à baixa dos bens patrimoniáveis móveis da administração direta do Município.

1.5 Informação adicional sobre itens constantes nas Demonstrações Contábeis

As informações adicionais visam esclarecer os itens apresentados no corpo das Demonstrações Contábeis a fim de auxiliar na compreensão e comparação com as apresentadas por outras entidades do setor público.

1.5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os valores do caixa e equivalentes de caixa contemplam o numerário e os valores depositados nas contas correntes bancárias com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Em 31 de dezembro, os valores estavam assim distribuídos:

Conta	2013	2014	Variação %
Caixa	6.154,37	709,00	-88,48%
Bancos Conta Movimento	839.931,40	75.010,22	-91,07%
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	23.129.091,00	25.183.456,24	8,88%
TOTAL	23.975.176,77	25.259.175,46	5,36%

1.5.2 Créditos tributários a receber

Os créditos tributários decorrem de valores a receber de tributos (impostos, taxas e contribuições de melhoria) em que o Município consegue mensurar com segurança os valores devidos pelos contribuintes. Correspondem a tributos lançados por declaração do contribuinte (Art. 147 do Código Tributário Nacional – CTN), como o ITBI ou de ofício (Art. 149 do CTN), quando o Município efetua diretamente o lançamento, por determinação legal, como é o caso do IPTU, ISSQN fixo, Taxa de Coleta de Lixo e Taxa de Renovação de Alvará.

Os valores são divididos em créditos de curto prazo e longo prazo conforme o vencimento dos tributos. São registrados no curto prazo os créditos com vencimento até 31/12/2015, sendo que os vencidos e a vencer a partir de 01/01/2016 são contabilizados no longo prazo.

1.5.3 Dívida ativa tributária e não tributária

A Dívida Ativa, regulamentada a partir da legislação pertinente, abrange os créditos em favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, por não terem sido efetivamente recebidos nas datas apuradas.

A inscrição segue os procedimentos descritos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos.

O montante lançado no curto prazo corresponde aos créditos a vencer até 31/12/2015, já os créditos vencidos e que vencerão a partir de 01/01/2016 são registrados no longo prazo.

Em 31/12/2014 estavam registrados no curto e longo prazo os seguintes valores da dívida ativa.

Conta	2013	2014	Variação %
Dívida Ativa Tributária – Curto Prazo	1.730.030,96	1.852.915,55	7,10%
Dívida Ativa Não Tributária – Curto Prazo	286.855,85	388.926,36	35,58%
Total Dívida Ativa Curto Prazo	2.016.886,81	2.241.841,91	11,15%
Dívida Ativa Tributária – Longo Prazo	15.105.111,13	15.911.107,52	5,34%
Dívida Ativa Não Tributária – Longo Prazo	6.692.260,66	7.540.099,60	12,67%
Total Dívida Ativa Longo Prazo	21.797.371,79	23.451.207,12	7,59%
TOTAL DÍVIDA ATIVA	23.814.258,60	25.693.049,03	7,89%

A Provisão para Perdas da Dívida Ativa seguiu a metodologia baseada no histórico de recebimentos passados descrito na Parte III do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor

Público e foi calculada sobre o valor inscrito no longo prazo. As bases para a mensuração são apresentadas a seguir:

POSIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA			
Mês	ANO DE 2012	ANO DE 2013	ANO DE 2014
Janeiro	11.946.721,08	21.955.575,04	26.628.050,28
Fevereiro	11.874.034,22	21.857.870,04	26.526.450,12
Março	12.289.495,93	21.855.505,54	26.308.603,79
Abril	11.985.095,42	21.775.389,03	26.123.578,11
Mai	11.765.709,27	21.669.198,51	26.147.710,19
Junho	11.606.454,68	21.497.539,72	25.311.279,21
Julho	11.493.295,86	24.352.352,88	25.018.372,83
Agosto	11.392.346,63	24.376.628,16	25.006.266,17
Setembro	11.281.398,32	24.251.562,79	25.572.031,29
Outubro	11.124.238,51	24.189.419,47	25.624.399,83
Novembro	11.998.013,42	23.944.483,38	25.589.571,18
Dezembro	19.258.983,21	23.794.659,03	25.672.254,60
a) Total	148.015.786,55	275.520.183,59	309.528.567,60
b) Média Mensal (a/12)	12.334.648,88	22.960.015,30	25.794.047,30

A tabela anterior apresenta a média anual dos saldos da posição da dívida em cada mês dos últimos três anos. Assim, em 2014, a posição mensal média da dívida ativa foi de R\$ 25.794.047,30.

Seguindo o procedimento descrito no Manual de Contabilidade necessita-se também da média percentual de recebimentos passados apresentadas abaixo.

RECEBIMENTOS DA DÍVIDA ATIVA			
	2012	2013	2014
c) Total de recebimentos	3.693.612,95	3.816.777,77	3.898.757,13
d) Média mensal (c/12)	307.801,08	318.064,81	324.896,43
e) Média ponderada de recebimentos (d/b x 100)	2,50%	1,39%	1,26%
Média ponderada % de recebimentos			1,71%

A tabela acima mostra que a Prefeitura consegue cobrar, em média, 1,71% do valor inscrito em dívida ativa de longo prazo, por mês. Assim a provisão foi constituída admitindo-se um percentual de perda de 98,29% (100% - 1,71%). Para 2014, o cálculo da provisão para perdas da dívida ativa é apresentada a seguir.

CÁLCULO DA PROVISÃO	
Saldo final da dívida de longo prazo em 31/12/2014	23.451.207,12
Índice de Provisão	1,71%
Valor da provisão para perdas da Dívida Ativa	23.049.386,63

1.5.4 Empréstimos e financiamentos concedidos

Os valores a receber referem-se a empréstimos concedidos pelo Município para financiamentos habitacionais. Este valor foi financiado pela Caixa Econômica Federal por

intermédio da Prefeitura e o valor arrecadado é usado para o pagamento da dívida junto a CEF registrada no Passivo Circulante e Passivo Exigível a Longo Prazo.

São classificadas no Ativo Circulante as parcelas vencíveis até 31/12/2015, as parcelas vencidas e a vencer a partir de 01/01/2016 são registradas no Ativo Não Circulante.

1.5.5 Demais créditos e valores a receber

Referem-se a financiamentos concedidos pelo Município a empresas que adquiriram lotes do Distrito Industrial, valores a receber da União decorrentes de contratos de repasse em que as obras já estão em execução com os contratos já devidamente assinados, só faltando o Governo Federal efetuar a transferência dos recursos e outros valores a receber ainda não inscritos em Dívida Ativa.

Os valores a receber no curto e no longo prazo é apresentado na tabela abaixo.

Conta	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Financiamentos concedidos	139.332,28	572.357,17	711.689,45
Valores a receber da União	2.104.198,08	0,00	2.104.198,08
Outros valores a receber	55.384,01	411.375,99	466.760,00
TOTAL	2.298.914,37	983.733,16	3.282.647,53

1.5.6 Estoques

O método para a mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme disposto no inciso III, art. 106 da Lei 4.320/64. As informações do valor dos estoques finais constantes no Balanço Patrimonial são provenientes do sistema de almoxarifado da Prefeitura Municipal.

Os estoques do Município de Erechim compreendem os seguintes itens:

Conta	2013	2014	Variação %
Material de Consumo	940.133,06	1.525.213,51	62,23%
Gêneros Alimentícios	16.510,70	39.269,97	137,85%
Materiais de Construção	367.987,34	598.296,08	62,59%
Autopeças	193.825,90	538.513,42	177,83%
Medicamentos e Materiais Hospitalares	309.299,66	392.506,31	26,90%
Material de Expediente	758.410,90	378.484,70	-50,10%
Materiais a Classificar	589,85	18.625,55	3.057,68%
TOTAL	2.586.757,41	3.490.909,54	34,95%

1.5.7 Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo método do custo e, quando possível, atualizados para o valor de mercado na data do Balanço Patrimonial e representam as ações em poder do Município da CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica e Brasil Telecon SA.

1.5.8 Imobilizado

O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluídos os custos de compra, impostos recuperáveis e outros custos necessários para colocar o bem em uso ou funcionamento.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro do bem do ativo imobilizado são incorporados quando houver a possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços.

No Município de Erechim, o imobilizado é composto pelos bens móveis e bens imóveis. Os bens móveis e a respectiva depreciação são representados pelas seguintes contas contábeis:

Conta	2013			2014		
	Valor Contábil	Depreciação	Saldo Líquido	Valor Contábil	Depreciação	Saldo Líquido
Aparelhos de Medição e Orientação	200.064,36	-63.098,87	136.965,49	221.626,94	-85.920,32	135.706,62
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	285.780,75	-118.276,18	167.504,57	334.500,81	-167.864,45	166.636,36
Aparelhos, Equip. e Utensílios Méd. Odont. Labor. e Hospit.	1.133.655,26	-271.337,32	862.317,94	1.395.627,20	-384.414,79	1.011.212,41
Aparelhos e Equip. para Esportes e Diversões	144.832,61	-45.594,36	99.238,25	162.137,31	-65.091,34	97.045,97
Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	432.055,31	-166.595,42	265.459,89	461.522,56	-227.822,95	233.699,61
Máquinas e Equipamentos Industriais	479.424,37	-41.707,14	437.717,23	563.448,37	-73.182,99	490.265,38
Máquinas e Equipamentos Energéticos	390.686,92	-183.651,43	207.035,49	426.745,86	-251.589,10	175.156,76
Máquinas e Equipamentos Gráficos	142.708,93	-48.350,03	94.358,90	143.338,56	-68.756,72	74.581,84
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	139.052,26	-60.530,06	78.522,20	196.197,28	-83.315,20	112.882,08
Equipamentos, Peças e Asses. Para Automóveis	10.451,00	0,00	10.451,00	18.356,00	-563,55	17.792,45
Máquinas, Equip. e Utensílios Agropecuários e Rodoviários	10.199.361,41	-6.851.974,83	3.347.386,58	12.730.058,41	-8.832.364,74	3.897.693,67
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	119.146,64	-26.811,98	92.334,66	163.801,19	-43.675,47	120.125,72
Material de Uso Duradouro	307.144,01	-28.613,05	278.530,96	313.520,91	-39.938,09	273.582,82
Peças Não Incorporáveis a Imóveis	45.319,00	-43.185,88	2.133,12	45.319,00	-43.450,96	1.868,04
Equipamentos de Processamento de Dados	7.606.829,26	-4.742.271,67	2.864.557,59	8.194.573,56	-5.559.794,78	2.634.778,78
Aparelhos e Utensílios Domésticos	678.918,34	-304.035,94	374.882,40	777.254,81	-423.897,53	353.357,28
Máquinas e Utensílios de Escritório	185.540,40	-79.839,96	105.700,44	205.599,81	-113.177,95	92.421,86
Mobiliário em Geral	4.515.738,47	-2.206.059,72	2.309.678,75	5.387.156,99	-3.032.531,12	2.354.625,87
Utensílios em Geral	1.142.366,76	-519.302,18	623.064,58	1.341.104,18	-706.606,65	634.497,53
Coleções e Materiais Bibliográficos	150.775,96	-85.085,40	65.690,56	177.205,39	-115.634,56	61.570,83
Discotecas e Filmotecas	42.657,40	-41.085,66	1.571,74	42.657,40	-41.549,10	1.108,30
Instrumentos Musicais e Artísticos	264.215,65	-41.265,22	222.950,43	264.680,65	-59.607,95	205.072,70
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	970.353,48	-392.976,73	577.376,75	1.172.394,48	-583.899,95	588.494,53
Obras de Arte e Peças para Exposição	242,00	0,00	242,00	166,26	0,00	166,26
Veículos em Geral	53.904,54	-6.986,83	46.917,71	62.884,34	-18.164,64	44.719,70
Veículos de Tração Mecânica	16.666.168,00	-5.018.562,09	11.647.605,91	18.698.109,14	-7.281.777,65	11.416.331,49
Outras Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	0,00	0,00	0,00	12.223,00	-852,13	11.370,87
TOTAL	46.307.393,09	-21.387.197,95	24.920.195,14	53.512.210,41	-28.305.444,68	25.206.765,73

Os bens móveis registrados no ativo imobilizado com vida útil econômica limitada são depreciados pelo método linear, conforme tabela de depreciação e valor residual estabelecida no Decreto Municipal nº 3.653 de 15 julho de 2011 apresentada a seguir.

Conta	Título	Vida útil (anos)	Valor residual
14212.04.00	Aparelhos de Medição e Orientação	15	10%
14212.06.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20%
14212.08.00	Apar., Equip. e Utens. Med. Odont. Labor. e Hosp.	15	20%
14212.10.00	Aparelhos e Equip. P/ Esportes e Diversões	10	10%
14212.12.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%
14212.13.00	Armazéns Estruturais – Coberturas de Lona	10	10%
14212.14.00	Armamentos	20	15%
14212.18.00	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0%
14212.19.00	Discotecas e Fílmotecas	5	10%
14212.24.00	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10%
14212.26.00	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10%
14212.28.00	Máquinas e Equip. de Natureza Industrial	20	10%
14212.30.00	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10%
14212.32.00	Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10%
14212.33.00	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10%
14212.34.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10%
14212.35.00	Equipamentos de Processamento de Dados	5	10%
14212.36.00	Máquinas, Instalações e Utens. de Escritório	10	10%
14212.38.00	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10%
14212.39.00	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10%
14212.40.00	Maq. Equip. Utensílios Agri/Agrop. e Rodoviários	10	10%
14212.42.00	Mobiliário em Geral	10	10%
14212.48.00	Veículos Diversos	15	10%
14212.49.00	Equipamentos e Material Sigiloso e Reservado	10	10%
14212.50.00	Veículos Ferroviários	30	10%
14212.51.00	Peças Não Incorporáveis e Imóveis	10	10%
14212.52.00	Veículos de Tração Mecânica	15	10%
14212.54.00	Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos	30	10%
14212.57.00	Acessórios para Automóveis	5	10%
14212.58.00	Equipamentos de Mergulho e Salvamento	15	10%
14212.60.00	Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	15	10%
14212.83.00	Equipamentos e Sistema de Prot. Vig. Ambiental	10	10%

Já os bens imóveis são divididos em **bens de uso especial**, que compreende os bens, tais como edifícios ou terrenos, destinados a serviço ou estabelecimento da administração municipal; **bens dominiais**, que compreende os bens pertencentes ao Município a que se tenha dado estrutura de direito privado, como os bens imóveis a alienar e **bens de uso comum do povo** que pode ser entendido como os de domínio público, construídos ou não por pessoas jurídicas de direito público.

Os valores registrados em bens imóveis no Município são os seguintes:

Contas	2013	2014	Variação %
Bens Imóveis – Bens de Uso Especial	40.800.242,22	42.839.771,56	5,00%
Edifícios	27.546.539,78	27.794.853,47	0,90%
Terrenos/Glebas	11.765.910,70	12.753.323,28	8,39%
Armazéns/Galpões	0,00	137.990,98	N/C
Imóveis de Uso Educacional	748.068,48	838.918,02	12,14%
Imóveis de Uso Recreativo	343.338,39	530.212,05	54,43%
Hospitais e Unidades de Saúde	0,00	266.826,20	N/C
Cemitérios	0,00	121.262,69	N/C
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	396.384,87	396.384,87	0,00%
Bens Imóveis – Bens Dominiais	1.721.119,00	1.721.119,00	0,00%
Terrenos	1.721.119,00	1.721.119,00	0,00%
Bens Imóveis – Bens de Uso Comum do Povo	4.460.323,99	5.621.422,53	26,03%
Ruas	2.442.043,33	3.320.242,32	35,96%
Praças	1.915.103,71	1.962.584,63	2,48%
Estradas	4.501,60	4.501,60	0,00%
Pontes	53.364,95	53.364,95	0,00%
Sistemas de Esgoto e/ou Abastecimento de Água	0,00	46.000,00	N/C
Outros Bens de Uso Comum do Povo	45.310,40	234.729,03	418,05%
Bens Imóveis – Obras em Andamento	2.805.340,46	4.849.754,12	72,88%
TOTAL DE BENS IMÓVEIS	49.787.025,67	55.032.067,21	10,53%

Os bens imóveis do Município ainda não estão sendo depreciados, pois o Departamento de Patrimônio não terminou a reavaliação destes bens onde deverá ser determinado o seu valor e vida útil. Quando o Departamento responsável tiver estas informações, estes bens passarão a ser depreciados e os registros serão efetuados na contabilidade.

1.5.9 Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo

O valor registrado em obrigações trabalhistas compreende os valores devidos pelo município aos servidores em 31/12/2014, incluindo as provisões de férias e 13º salário, bem como os encargos sociais e os precatórios de pessoal a serem pagos em 2015. As contas e valores deste grupo são apresentados na tabela a seguir.

Conta	2013	2014	Variação %
Provisão para férias e 13º salário	9.136.516,41	10.847.958,25	18,73%
Encargos sociais sobre as provisões	1.995.960,49	2.389.915,25	19,74%
Pessoal a pagar de exercícios anteriores	3.834,21	8.878,51	131,56%
Encargos sociais a pagar	1.382.075,99	1.531.097,04	10,78%
Precatórios de pessoal	192.000,88	176.650,89	-7,99%
TOTAL	12.710.387,98	14.954.499,94	17,66%

1.5.10 Empréstimos e financiamentos a curto e longo prazo

Os empréstimos e financiamentos compreendem os valores devidos pelo Município à Caixa Econômica Federal decorrentes de financiamentos habitacionais. Os contratos, taxas de juros, vencimentos e valores devidos são apresentados na tabela a seguir.

Contrato	Taxa de Juros	Vencimento	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
46753-83	5,00% a.a	Fevereiro/2016	74.400,00	13.854,73	88.254,73
122250-99	5,00% a.a	Setembro/2016	12.334,39	8.767,79	21.102,18
TOTAL			86.734,39	22.622,52	109.356,91

1.5.11 Fornecedores e contas a pagar a curto prazo

Compreende os valores devidos pelo Município em 31/12/2014 a fornecedores de mercadorias e serviços nos casos em que já ocorreu o fato gerador restando somente o pagamento devido. A partir de 2014, em razão do novo plano de contas do Tribunal de Contas do Estado, também são registrados neste grupo os precatórios judiciais devidos pelo município a terceiros e que devem ser pagos em 2015.

Os valores de fornecedores e precatórios são os seguintes:

Conta	2013	2014	Variação %
Fornecedores Nacionais	4.070.798,64	3.826.406,94	-6,00%
Precatórios de Terceiros	0,00	1.329.123,16	N/C
TOTAL	4.070.798,64	5.155.530,10	26,65%

1.5.12 Obrigações fiscais a curto prazo

Representa o valor devido pelo Município ao Governo Federal decorrente do PIS/PASEP com vencimento em janeiro de 2015.

1.5.13 Demais obrigações a curto prazo

As demais obrigações compreendem os valores restituíveis recolhidos por terceiros ao Município e não devolvidos até 31/12/2014 e que foram efetuados em cumprimento a determinações legais e/ou contratuais e outras obrigações de curto prazo. O detalhamento é apresentado a seguir.

Conta	2013	2014	Variação %
Valores restituíveis	2.006.786,11	2.160.419,28	7,66%
Consignações	1.158.849,28	1.221.382,21	5,40%
Depósitos Judiciais	11.359,14	0,00	-100,00%
Cauções em Dinheiro	836.577,69	939.037,07	12,25%
Precatórios de Terceiros	141.353,14	0,00	-100,00%
Outras Obrigações de Curto Prazo	70,51	0,00	-100,00%
TOTAL	2.148.209,76	2.160.419,28	0,57%

1.5.14 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. No Município de Erechim é formado pelas seguintes contas:

Conta	2013	2014	Variação %
Resultado do Exercício	5.038.359,90	4.618.392,49	-8,34%
Resultado de Exercícios Anteriores	85.262.410,42	97.366.368,93	14,20%
Ajustes de Exercícios Anteriores	7.065.598,61	-719.339,14	-110,18%
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	97.366.368,93	101.265.422,28	4,00%

1.5.15 Ativo e Passivo financeiro e permanente

Para atender o disposto na Lei 4.320/64, os ativos e passivos foram separados em ativos financeiros e permanentes e passivos financeiros e permanentes.

Os ativos financeiros compreendem os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. Já o ativo permanente compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

O passivo financeiro compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita). O passivo permanente compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

1.5.16 Ativo e Passivo compensado

No Ativo e Passivo Compensados são registrados os atos potenciais do Ativo e Passivo que possam, imediata ou indiretamente, vir a afetar o Patrimônio. No caso do Município de Erechim, foram registrados os valores dos precatórios a serem pagos em 2015 e os valores de adiantamentos em que não houve prestação de contas no ano de 2014.

Erechim, 31 de dezembro de 2014.

Paulo Alfredo Polis
 Prefeito Municipal
 CPF: 428.516.290-34

Edson Luis Kammler
 Contador – CRC nº 198.110/O-8
 CPF: 688.888.050-87